



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

ALEX BRANCO FRAGA (3)

2014

CEME-ESEF-UFRGS

FICHA TÉCNICA

Projeto: Garimpendo Memórias

Número da entrevista: E-414

Entrevistado: Alex Branco Fraga

Nascimento: 01/02/1969

Local da entrevista: CEME - ESEF

Entrevistadora: Christiane Garcia Macedo

Data da entrevista: 22/04/2014

Transcrição: Christiane Garcia Macedo

Copidesque: Christiane Garcia Macedo

Pesquisa: Christiane Garcia Macedo

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Total de gravação: 45 minutos e 57 segundos

Páginas Digitadas: 14 páginas.

Observações:

O entrevistado realizou algumas alterações após a leitura da entrevista transcrita.

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.

Sumário

Decisão sobre mudança no currículo; Formação da comissão especial e envolvimento com essa comissão; Participação dos professores; Seleção de conteúdos; Principais mudanças nos currículos da área de Educação Física; Lógica da construção de núcleos e disciplinas; A relação entre o debate do Movimento Nacional Contra a Regulamentação da Profissão, Movimento dos Estudantes da Educação Física, Conselho Federal de Educação Física e Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e a reformulação curricular na Escola de Educação Física; Implantação dos currículos; A migração de todos os alunos para o currículo novo; As dificuldades encontradas na gestão do novo currículo.

Porto Alegre, 22 de abril de 2014. Entrevista com Alex Branco Fraga a cargo da pesquisadora Christiane Garcia Macedo para o Projeto Garimpando Memórias do Centro de Memória do Esporte.

C.M. – Professor, primeiro gostaria de agradecer. Eu gostaria que você começasse contando como você se envolveu na mudança curricular do Curso de Educação Física da UFRGS¹.

A.F. – Então, foram pelo menos três fases. A primeira fase como professor, como membro da comunidade esefiana², como coordenador da COMGRAD³. Isso muito antes de pensarmos em reforma. Eu assumi como coordenador da COMGRAD em 2007. Logo quando eu entrei já surgiram algumas questões em relação ao currículo, como pequenas alterações curriculares. Depois, em 2008, ainda na COMGRAD, veio um envolvimento com algo fora da ESEF que tinha relação com a temática do currículo que foi a elaboração dos Referenciais Curriculares do Estado⁴. Então fui, de certo modo, adquirindo conhecimentos relativos à prática curricular. Trabalhava em uma disciplina na graduação que tratava disso, mas fazer currículo, por a mão na massa requer a mobilização de diferentes competências e da parceria de muita gente. Numa primeira fase, foi preciso conhecer a história do currículo da Educação Física na ESEF, especialmente os acontecimentos após a divisão bacharelado/licenciatura implantados em 2005, que se deu de forma concomitante com a produção do currículo para o âmbito da Rede Estadual de Ensino. Em uma segunda fase, participei como professor envolvido em um processo já instaurado de reformulação curricular, na gestão do Molina⁵. Em 2009, foi instituída uma Comissão de Reformulação Curricular composta por várias pessoas. Fizeram uma série de eventos importantes, trouxeram discussões pautadas na relação com o mercado de trabalho, que nesse momento estava discriminando os licenciados do campo. Muitos egressos procuravam a COMGRAD ou a direção da escola se queixando de que não podiam exercer a profissão fora da escola em função de uma interpretação do Sistema CREF/CONFEF o

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Da ESEF (Escola de Educação Física da UFRGS).

³ Comissão de Graduação, setor da ESEF ao qual compete organizar os currículos dos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física.

⁴ Referenciais Curriculares do Rio Grande do Sul, documento também conhecido como Lições do Rio Grande.

⁵ Vicente Molina Neto.

que nos obrigou a discutir essa importante questão. Em 9 de julho de 2010 esta comissão apresenta uma carta ao Conselho da unidade, chamada de Carta ao CONSUNI⁶, que apresentava os princípios básicos do que deveria ser o nosso currículo. A direção à época entendia que esta carta de certo modo encerrava o trabalho daquela comissão, e resolveu instituir uma Comissão Especial de Reformulação Curricular. Ou seja, a partir daqueles princípios aprovados na instância decisória superior da ESEF seria a hora de fazer a “arquitetura” do currículo novo. E nesse momento, em função do meu envolvimento prévio com estes temas, com a discussão curricular dentro e fora da ESEF, juntamente com a coordenadora da época da COMGRAD, a professora Lisiane Torres⁷, e mais o professor Flávio Castro⁸, o diretor da escola resolveu nos designar membros dessa comissão especial. Foi assim que me envolvi com a mudança de currículo, até o momento de sua implantação em 2012.

C.M. – Quem foram as outras pessoas que estavam na comissão?

A.F. – Além dos três professores da casa citados na resposta anterior, também participou como colaborador externo o professor Fernando Jaime González, com quem havia tido a experiência de desenvolver o Referencial Curricular do Estado do Rio Grande do Sul, pois a gente precisava de um olhar “estrangeiro” para o que estávamos propondo, dada a sua experiência na elaboração do currículo de Educação Física na UNIJUI⁹, na rede estadual de ensino e também por ele ter sido nosso aluno de doutorado no PPGCMH. Acabou se envolvendo de forma bastante intensa nessa comissão.

C.M. – Os outros professores da ESEF participaram de alguma maneira da construção do primeiro documento?

A.F. – Como é que a gente montou o processo? Primeiro a gente fez um grande mapeamento sobre o que nos era permitido fazer a partir da legislação, ou seja, o que podíamos fazer para atender o que a Carta ao CONSUNI tinha definido como “cláusula pétrea”, procurando equilibrar o que havia de inovador no campo da Educação Física e o

⁶ Conselho da Unidade da Escola de Educação Física da UFRGS.

⁷ Lisiane Torres Cardoso.

⁸ Flávio Antônio de Souza Castro.

⁹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

que já tínhamos de experiência acumulada e de tradição dentro da ESEF. Partimos das seguintes premissas: a Educação Física é área de intervenção e não uma ciência básica; as disciplinas deveriam privilegiar o compartilhamento dos saberes entre os professores; e o currículo deveria ser pautado pelas demandas oriundas do campo de atuação profissional. Esses foram os princípios que orientaram o trabalho. A gente fez um primeiro esboço antes de apresentar para a comunidade esefiana. Depois disso, a gente chamou um conjunto de professores mais experientes da casa para analisarem, criticarem e discutirem os rumos do processo como um todo, uma espécie de *test drive* das ideias que estavam surgindo. Ao mesmo tempo disparamos e-mail para os professores, solicitando contribuições e informando sobre alguns passos já dados. Foi um processo muito aberto, com solicitação constante de participação dos colegas. Mas como todo processo que é aberto, que é um convite, nem todo mundo responde da mesma maneira. Alguns professores responderam e mandaram material, até mesmo alguns professores que estavam fora do país, outros preferiram não se manifestar e deixar na mão de quem estava à frente do processo.

C.M. – Quais foram as principais mudanças em relação ao currículo anterior?

A.F. – Para mim mudou tudo. Num artigo, elaborado pelo meu grupo de estudos, o POLIFES¹⁰, “Alterações curriculares de uma escola septuagenária”¹¹, fruto de um projeto de pesquisa que fomos contemplados pelo Ministério do Esporte, em função dos setenta anos da ESEF, nós desenvolvemos uma discussão sobre os currículos que fizeram parte da história da ESEF. Identificamos três grandes momentos que marcaram grandes alterações curriculares, e não apenas ajustes pontuais na grade curricular. Foram alterações que a gente pode dizer que mexeram profundamente com o currículo. A primeira coincide com o processo de federalização da ESEF, a segunda coincide com a publicação da resolução 03/1987 que abria a possibilidade do bacharelado, mas que a ESEF não adotou, preferindo manter o que se convencionou chamar de licenciatura ampliada e o último momento foi a reforma que instituiu a licenciatura e o bacharelado na ESEF, depois a gente veio a ter essa outra grande reformulação que seria a quarta na história. Mas até então, ou seja, antes dessa grande reformulação em 2012, a gente tinha passado por apenas três em 70 anos de

¹⁰ Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Políticas de Formação em Educação Física e Saúde.

¹¹ FRAGA, A. B et al. Alterações curriculares de uma escola septuagenária: um estudo sobre as grades dos cursos de formação superior em educação física da ESEF/UFRGS. **Movimento**, v. 20, n. 2, abr/jun, 2010. Disponível em [<http://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/18232>].

existência. Então, reestruturação curricular profunda não algo que se faz toda hora. Mas porque esta última pode ser considerada uma grande mudança, a qual podemos dizer que mudou a plataforma curricular? Na alteração imediatamente anterior, que dividiu o curso em licenciatura e bacharelado separadamente, a grande curricular era basicamente a mesma, com uma ou outra disciplina acrescida ou excluída, apenas os caminhos separados pela titulação ao final, ou seja, trabalhávamos com a mesma plataforma anterior. As disciplinas eletivas, por exemplo, eram basicamente as mesmas, com as mesmas ementas, os mesmos professores, apenas algumas delas foram consideradas mais afeitas ao bacharelado, enquanto outras mais à licenciatura. Enfim, a plataforma era mais ou menos a mesma. E como o contexto era outro, a plataforma não aguentou muito tempo, pois tínhamos de ter dois cursos, já que havia sido tomada esta decisão institucional. Não demorou muito para se perceber que era preciso uma reformulação de fato. E quando a gente fez essa reformulação, além dos princípios fundamentais constantes naquela carta, tal como a entrada única e a dupla modalidade de formação, que era um princípio fundamental para a nossa escola à época, o outro princípio era trabalhar de acordo com a trajetória dos alunos, com um fluxo curricular mais centrado em disciplinas obrigatórias e trabalhar com turno único (manhã e tarde), o que permitiria aos alunos trabalhar no turno inverso. Isso tudo mudou a plataforma curricular completamente. Um conjunto de disciplinas esportivas, que antes eram eletivas, foram transformadas em obrigatórias. Essas alterações são muito significativas e estão de acordo com aqueles quatro princípios do documento do PPC dos dois cursos que recomendo a leitura.

C.M. – Sobre a entrada única, como que vocês chegaram a isso?

A.F. – Isso não foi uma decisão da comissão especial, é algo que é fundamental ficar bem claro. Foi a comissão anterior, que elaborou e aprovou nas instâncias superiores da ESEF a famosa carta ao CONSUNI. Lá estava muito claro e bem demarcado que a entrada deveria ser única. Boa parte dos estudantes, especialmente aqueles vinculados ao Centro Acadêmico, queria que optássemos pela licenciatura ampliada, o que significaria na prática a extinção do Bacharelado, mas a comunidade definiu a entrada única, mas com uma dupla modalidade de formação. Então, a partir dessa decisão política nós da Comissão Especial de Reformulação Curricular tivemos que montar um currículo que dessa conta disso, tanto no âmbito da legislação, quanto no âmbito acadêmico. Então tivemos de por em prática

uma sofisticada “engenharia curricular”, algo supercomplexo, desgastante, porque tínhamos uma demanda bem direcionada e extremamente inovadora, portanto, sem tantas referências que pudéssemos nos guiar.

C.M. – É nessa entrada única que se pensa em colocar a licenciatura como pré-requisito para o bacharelado?

A.F. – Não, nesse ponto teve uma outra mudança. Quando a carta foi encaminhada ao CONSUNI se pensou em uma entrada única com duas saídas, o que caracterizaria a dupla modalidade de formação. Porém, fomos alertados sobre uma resolução no âmbito do MEC¹², e que gerou dúvida também na nossa Câmara de Graduação, que dizia mais ou menos o seguinte: o sujeito não pode entrar em um curso e sair com dois diplomas. Então, a gente teve que criar uma estratégia dentro do currículo que já estava praticamente todo montando para poder dar conta do que a Carta ao CONSUNI previa e atender esta exigência do MEC. Contamos com o apoio da Câmara para encontrarmos uma solução que nos assegurava a entrada única com dupla saída, que foi a de se formar primeiro em uma das modalidades, solicitar a permanência para então se formar na outra modalidade. Seria mais ou menos o seguinte, o aluno entraria por uma porta, passaria por um longo percurso, sairia por uma porta que dá acesso a mais um pequeno percurso para, então, ter a dupla diplomação. Para o aluno usar essa primeira saída e logo voltar para completar o restante do trecho do bacharelado foi preciso usar o mecanismo da permanência, nome técnico utilizado para tornar possível esta passagem, algo semelhante ao já utilizado pelos cursos de licenciatura e bacharelado em Biologia da UFRGS. Assim, conseguimos manter o princípio aprovado na Carta ao CONSUNI, mas tivemos de introduzir um mecanismo inusitado para cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física. Obviamente, que o sujeito que vai se formar em licenciatura não tem a obrigação de seguir no curso de bacharelado, trata-se de uma opção, pois é possível sair e não voltar já na primeira porta. Optamos pela licenciatura como primeira porta de saída em função da maior tradição do curso na área, e também na ESEF, pois desde sua fundação a formação nesta modalidade é oferecida. Assim, após 3 anos e meio de licenciatura, dentro da seriação recomendada, e mais um ano e meio de bacharelado, o aluno conclui as duas modalidades.

C.M. – Teve alguma mudança que você considera importante do perfil do egresso?

A.F. – A primeira questão que nós pensamos no currículo, que é outro princípio presente no texto do projeto pedagógico curricular da época, é que a educação física não podia continuar sendo um amontoado de disciplinas. Era preciso pensar, primeiramente, no perfil do egresso para, então, montar o trajeto que nos permitiria chegar lá. Decidimos trabalhar com a noção de competências tendo em mente que a educação física é um campo de atuação, e não uma ciência básica. O currículo precisava ser alimentado por esse campo de atuação, e fundamentalmente toma-lo como referência. E como o campo de atuação em nossa área é imenso, nós tínhamos que decidir quais seriam as ênfases. Mais uma vez a tradição da ESEF pesou, e as nossas referências foram o campo escolar, o campo esportivo, e por uma questão de um compromisso assinado pela ESEF junto à Universidade, o Pró-saúde¹³, o campo da saúde pública também passou a ser uma referência forte. Era um compromisso institucional que a ESEF tinha, então precisávamos também direcionar parte do trajeto curricular para esse perfil de egresso. O da escola era atendido obviamente pela licenciatura, e para atender os outros dois abrimos dois eixos de formação no bacharelado: esporte e saúde. Na medida em que a parte do esporte já era forte, decidimos focar mais na formação para o esporte de base e lazer. Tradicionalmente, a ESEF já tinha uma discussão sobre saúde mais voltada para a atuação em academias e nos serviços privados de saúde, a novidade era a possibilidade de atuação no campo da saúde pública. Esses foram os perfis originalmente traçados, que nos permitiriam formar profissionais para atuar com desenvoltura nesses três campos de atuação.

C.M. – E alguma dessas mudanças você considera que teve repercussão nacional?

A.F. – Certamente que sim, pois a UFRGS é uma das mais importantes universidades do Brasil e tudo que se faz aqui repercute. Eu acho que o que mais chamou atenção das pessoas de outras localidades foi o fato de conseguirmos criar uma estrutura que atendesse a legislação e ao mesmo tempo permitisse a dupla modalidade de formação. Eu acho que isso foi o que mais se destacou. E depois, é claro, em função de construirmos um currículo voltado para os campos de atuação, a gente precisou criar disciplinas que não existiam:

¹² Ministério da Educação.

¹³ Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde.

Campo Profissional da Educação Física; Organização dos sistemas nacionais de esporte e lazer; Bases das práticas corporais e saúde; Práticas corporais na atenção básica etc. As pessoas que atuavam no campo da saúde pública comentavam: “Nossa, muito importante ter este tipo de preparação para integrar um serviço de saúde”, “no meu tempo não tinha isso, tive de aprender depois de formado”. Apesar da maior tradição, também acrescentamos algumas disciplinas ao currículo da licenciatura que foram também bastante comentadas, por exemplo, os fundamentos do ensino infantil, fundamental e médio, além da disciplina específica de Currículo e Planejamento na Educação Física Escolar. De toda a forma, o que realmente chamou mais a atenção em âmbito nacional foi a possibilidade de fazer a dupla formação em licenciatura e bacharelado dentro da regulamentação vigente. Estudamos bastante outras organizações curriculares, e uma que nos chamou a atenção também foi a da Universidade Federal de Uberlândia, que chegou a montar um currículo de licenciatura e bacharelado integrado, mas não do modo como nós montamos, eles optaram em fazer entrada e saída única para licenciado e bacharel, não entramos em contato com ninguém de lá à época, e também não sei como se deu o processo, especialmente de avaliação junto ao MEC, creio que eles devem ter tido algum tipo de problema com isso. No nosso caso, a gente conseguiu organizar de uma forma que pudéssemos atender ao princípio da entrada única e dupla formação dentro das diferentes formas de ingresso num curso superior previstas na legislação.

C.M. – Os debates entre MNCR¹⁴, MEEF¹⁵, CBCE¹⁶ e CONFED¹⁷ afetaram de alguma forma o desenvolvimento dessa proposta?

A.F. – Sem dúvida nenhuma. Foi o que provocou a ESEF a se organizar a ponto de dar conta desse currículo novo, de colocar em prática uma reforma curricular. Essa confusão no campo profissional alimentou muito a discussão. A discussão sobre o exercício profissional estava num momento muito crítico em função das interpretações desses diferentes atores que tu citaste, mais explicitamente o sistema CREF/CONFED, que baseava a sua ação de fiscalização no fato de ter ou não ter a tal da “carteirinha”, de ser ou não bacharel, de ser ou não ser licenciado. Um típico dilema Shakespeariano. Mesmo com

¹⁴ Movimento Nacional Contra a Regulamentação da Profissão da Educação Física.

¹⁵ Movimento dos Estudantes de Educação Física.

¹⁶ Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

¹⁷ Conselho Federal de Educação Física.

toda a balbúrdia, não pautamos essa questão no currículo, o que a gente dizia para os alunos é que não bastava ter a titulação, por exemplo, de licenciatura ampliada, um dos movimentos discentes mais fortes à época, para tu tenhas legitimidade para atuar em qualquer campo. A gente precisava dizer quais conhecimentos e que competências um sujeito precisa ter para atuar bem na escola, na academia, num clube ou nos serviços públicos de saúde, por exemplo. Insistíamos que esse debate não poderia ficar preso à discussão meramente corporativa, quem pode ou não pode atuar em um determinado campo em função da carteira A ou B. Mas apesar disso, tivemos que lidar com uma questão bastante forte, que foi o posicionamento dos alunos na primeira comissão, na qual eles participaram ativamente, inclusive da elaboração da Carta ao CONSUNI. Quando chegou o momento da organização do currículo pela segunda comissão, eles se posicionaram em favor de uma comissão paritária, composta por três alunos, três técnicos-administrativos e três professores. A direção argumentou que essa questão da paridade havia sido atendida quando da organização da primeira comissão, que tinha um caráter político e de deliberação, e que esta comissão tinha a prerrogativa da execução do que havia sido deliberado, no ponto de vista da direção à época e que a questão não poderia se resumir quantidade de alunos, pois quanto maior a comissão mais difícil é conciliar agendas e elaborar um cronograma de trabalho exequível. A intenção da direção era compor a comissão com três professores, dois alunos, um do bacharelado e outro da licenciatura, e mais dois técnicos interessados em colaborar com o processo de sistematização do trabalho. Por parte dos técnicos não havia esta demanda pela paridade, pois estava claro qual seria o papel de cada um no trabalho a ser executado. Inclusive na discussão com os técnicos eles disseram que não faziam questão de ter mais do que um representante. Mas os alunos se posicionaram de forma irredutível, a tal ponto que eles se retiraram da comissão, então não houve representação dos alunos na segunda comissão, em função do posicionamento político deles sobre a paridade. Creio que tal posicionamento estava muito ligado às discussões que circulavam à época dentro de movimentos e organizações como o MNCR, MEEF, CBCE e CONFEF. Até mesmo o CONBRACE¹⁸, por exemplo, que aconteceu na ESEF no meio do nosso processo, mais precisamente depois da aprovação em última instância da nossa reformulação curricular, repercutiu intensamente nossas desavenças internas. Eu fui convidado a falar em uma das mesas principais do evento, intitulada “Teoria e prática em educação física: currículos e realidade

¹⁸ Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, ocorreu em Porto Alegre em setembro de 2011.

social”, na qual discuti as questões do bacharelado e licenciatura e, evidentemente, não pude deixar de fazer referência ao processo de reformulação curricular que acabara de ser aprovado.¹⁹. Foi uma situação bastante delicada para mim, pois falava num dos maiores e mais tradicionais eventos da educação física brasileira, sediada na nossa escola, sobre um currículo que havia sido aprovado internamente, mas ainda não tinha sido implantado. Por isso, optei por falar do processo que nos levou até a formulação do currículo. Era preciso ter a responsabilidade institucional de não apresentar algo que ainda não estava disponível ao público, apesar de já estar pronto àquela altura, aliás em todo lugar que eu fui para falar do currículo enquanto ele ainda não estava aprovado, e foram muitos, eu dizia exatamente isso: “eu posso falar do processo que a gente teve até agora e não do que é o nosso currículo, porque ele ainda não está disponível ao público externo”.

C.M. – Como foram divididos os eixos do currículo? Como foi pensada essa estrutura maior e não apenas de disciplinas isoladas?

A.F. – Quando a gente pensou nos perfis de egresso de acordo com o campo de atuação, a gente pensou nas competências que os sujeitos precisariam desenvolver para trabalhar em cada um dos respectivos campos. E pensamos da seguinte forma: “quais são as áreas de conhecimento que dão sustentação para que o sujeito possa atuar com competência lá fora?”. A partir daí pensamos em organizar núcleos temáticos, relacionados às áreas específicas correlacionadas aos perfis de egresso traçados. Esses núcleos foram construídos dentro da seguinte lógica: formação geral, formação específica, e o que chamávamos de formação orientada. A formação geral, era a formação comum para todos os estudantes universitários, tinha como princípio que fazer um curso de educação física na UFRGS deveria ser diferente do que fazer um curso de educação física em uma faculdade isolada. Ele teria que ter uma noção do que significa fazer educação física em uma universidade do porte da UFRGS, por isso criamos uma disciplina chamada Introdução aos Estudos Universitários. Nós brincávamos que de tão importante essa disciplina deveria ser comum a todos os cursos da UFRGS e deveria ser ministrada por Pró-reitores. Porque era para o

¹⁹ Uma versão atualizada daquela apresentação se encontra publicada em FRAGA, A. B. *Prática curricular na educação física da UFRGS: uma retrospectiva do processo de reestruturação dos cursos de licenciatura e bacharelado (2008-2012)*. In: Fabiano Bossle; Elisandro Schultz Wittizorecki. (Org.). *Didática(s) da educação física: formação docente e cotidiano escolar*. Curitiba: Editora CRV, 2016, v. 1, p. 103-117.

aluno entender bem esse contexto de uma formação universitária. Mas esse núcleo foi mingando sua carga horária em decorrência das necessidades específicas do curso e do volume de carga horária. O eixo da formação específica contemplava as competências necessárias a todos os estudantes de educação física, independentemente da modalidade. Disciplinas que eram fundamentais para entender o que é comum para um licenciado e um bacharel em Educação Física. Na formação específica nós tínhamos os núcleos: campo profissional, fundamentos da biodinâmica, desenvolvimento e aprendizagem, estudos socioculturais, produção do conhecimento, práticas corporais sistematizadas, que era o maior núcleo e que por incrível que pareça era bem reduzido no currículo anterior. O campo profissional, pois achávamos fundamental a pessoa conhecer os diferentes campos de atuação disponíveis e também a história do aparecimento e desaparecimento de determinadas funções relacionadas à profissão de educação física. O núcleo Desenvolvimento e aprendizagem era constituído por aprendizagem motora, desenvolvimento motor e desenvolvimento cognitivo, também outra área importante. Já o núcleo das práticas corporais sistematizadas a gente estabeleceu definiu um repertório mínimo combinado com algumas alternativas para que os alunos pudessem dar conta da pluralidade desse conjunto identificador do nosso campo. Esses seriam os núcleos básicos que qualquer estudante do curso de educação física precisaria ter domínio, quer seja um licenciado ou um bacharel. E tínhamos o que chamávamos de núcleo de formação orientada, uma parte comum orientada exclusivamente para as competências que julgávamos necessárias para os estudantes de licenciatura e outra parte comum para estudantes de bacharelado. Entraram aí as disciplinas de fundamento preparatórias para os estágios em cada área e os próprios estágios. Os conhecimentos necessários, por exemplo, para se trabalhar no campo da saúde, ou no esporte, ou na escola. Era algo bem mais orientado à especificidade do respectivo campo de atuação, totalmente voltado para a fase final para a consolidação dos perfis de egresso traçados. Para visualizar todo esse caminho, construímos uma espécie de mapa no qual procurávamos detalhar o fluxo do currículo. Era preciso distribuir as disciplinas correspondentes a cada núcleo, tanto as do nosso departamento quanto a dos demais departamentos da UFRGS que ofereciam disciplinas para os nossos cursos, dentro de cada etapa, sempre levando em consideração que a carga horária não poderia ultrapassar 405h em cada etapa, pois em função da alocação dos cursos nos turnos manhã e tarde, tínhamos disponíveis apenas seis períodos por dia. Foi um trabalho absolutamente “engenhoso”. E a opção pela apresentação sob a forma de mapas

foi uma coisa que chamou muita atenção, pois daí tu começa a ver a relação da sequencia entre um núcleo e outro. E não somente as disciplinas amontoadas em uma grade linear. Se olhava para a sequencia do núcleo, e não somente para aquela região curricular a qual a gente estava mais acostumado, ou a qual tínhamos mais domínio. Depois de consolidada as alterações mais significativas, depois de termos acordados sobre os núcleos e as disciplinas que seriam agregadas, criadas, reformuladas, mantidas, passamos a reorganizar também as súmulas. Tal decisão estava baseada numa pesquisa nas súmulas da UFRGS, aleatória, e ao notarmos que não havia uma padronização no modo de informar o que o aluno encontraria na disciplina, qual era a posição no currículo, etc. E a partir desta pesquisa, definimos dentro da comissão um modelo de organização das súmulas para orientar a reorganização do trabalho que passou a ser feito dentro de cada núcleo, modelo que alguns usaram fortemente, outros criticaram bastante, mas acabaram usando de alguma forma como referência. Passamos a nos perguntar, o que é a súmula? Por que ela existe? A resposta que encontramos em grupo é que a súmula é o esforço de explicitação do lugar e da responsabilidade curricular que aquela disciplina ou componente curricular assume no mapa da formação naquele curso. A súmula precisaria explicar, por exemplo, porque os estudos socioculturais I estão posicionados naquele lugar no mapa da formação curricular em educação física? A súmula tem por função justamente explicitar isso. Para o formato da súmula, a gente estabeleceu que ela deveria ser composta por três períodos referentes às três dimensões, sendo a disciplina o sujeito da oração. O primeiro período deveria identificar os conhecimentos que a disciplina aborda. O segundo identifica a ênfase que o conhecimento recebe em função do campo profissional. O terceiro identifica o conhecimento que trata a disciplina a ser mobilizado dentro do campo profissional ao qual ela se refere. Enfim, produzimos mais do que simplesmente uma nova organização curricular, produzimos também um modo de fazer uma reformulação curricular.

C.M. – Como foi a implantação do novo currículo? Quais os passos foram tomados para fechar o documento, se aprovar e implantar?

A.F. – Foram vários passos. Teve uma semana muito importante aqui na ESEF, como já comentei anteriormente, uma semana inteira sem aulas, com os professores se encontrando de manhã e de tarde, fazendo grupos de trabalho. Foi uma semana muito intensa e tensa,

todo mundo discutindo o que seria mais importante para os nossos currículos, mas como toda a relação de trabalho, também vieram à tona discussões antigas e desavenças não resolvidas. Por incrível que possa parecer, as atividades docentes são muitas e muitas vezes não nos permitem uma discussão com todo o coletivo de professores, tal como fizemos naquela ocasião. Depois de um certo desconforto inicial, passamos a ter uma cooperação muito legal, tendo aquela semana terminado com uma produção muito forte a partir da discussão realizada e do material efetivamente produzido. Mas, infelizmente, uma semana não foi suficiente para terminar todas as tarefas previstas, conseguimos apenas fazer as fundações, e cada um tinha um currículo pronto na sua cabeça, não necessariamente condizente. Quando o currículo ficou pronto, e o documento foi finalmente encaminhado, algumas pessoas diziam: “mas tem coisas aqui que não foi exatamente o que discutimos lá”, mesmo os pontos que haviam sido exaustivamente discutidos, algo que é absolutamente normal em um processo dessa magnitude, que precisa ser feito de forma coletiva, respeitando o tempo de entendimento de cada um. Depois de encaminharmos para as instâncias superiores da UFRGS, o processo deu uma travada na Câmara de Graduação, pois havia divergência de entendimento sobre o mecanismo da permanência para as modalidades licenciatura e bacharelado. Foram várias rodadas de discussão e vários ajustes que nos foram solicitados e que tivemos de fazê-los. Como não havia tempo para uma nova rodada de discussão com todos os professores, os ajustes foram feitos tal como indicados e reencaminhados. E o currículo foi, finalmente, implantado em março de 2012. A parte final dele tramitou na Câmara de Graduação durante as férias de verão na Universidade, o que não nos permitiu proceder alguns ajustes em função de erros na alimentação do sistema. E um desses erros foi extremamente significativos, pois havíamos acordado com os alunos, professores e técnicos-administrativos que os alunos que já tinham concluído cinquenta por cento do curso seguiriam naquele currículo antigo e se formariam tal como estava previsto desde a entrada via vestibular. Eu até hoje não sei o motivo que levou à migração de todos os alunos do currículo antigo para o currículo novo, independentemente do percentual de conclusão de cada um deles. Isso foi um choque para todos nós que nos envolvemos com a construção do currículo, para os alunos diretamente atingidos e para quem tinha que fazer a gestão do currículo. Porque tu imaginas, tinha aluno que estava quase terminando e da noite para o dia aumentou a quantidade de créditos para a conclusão do curso. Essa quantidade de disciplinas nos deixou perplexos, especialmente porque não fazia sentido algum e não estava prevista em nossos planejamentos. E mais, tinham disciplinas que eram

pensadas sob a forma de seminários de integração de uma etapa inteira, e como elas eram obrigatórias, os professores tinham que ministrá-la sem ter tido qualquer uma das disciplinas previamente realizadas para poder integrar. E isso foi muito difícil das pessoas entenderem que era um problema de gestão do currículo e não do currículo. E obviamente que a reação foi contra o novo currículo, como se implementação tivesse sido proposta daquela forma: “O currículo não presta”, era o que ouvíamos. Quando a gente tem certa experiência na montagem de currículo, a gente começa a perceber que os problemas que encontramos, e sempre vamos encontrar em qualquer organização curricular, podem ser alocados em três grandes categorias: 1) estruturação curricular propriamente dita, onde tu podes encontrar problemas com a relação a divergências ou impropriedades no processo de seleção dos conteúdos/competências que farão parte do currículo, pois todo o currículo é seleção, os critérios que farão com que determinadas disciplinas estejam num núcleo de conhecimento ou noutro, as referências a serem usadas, a ligação entre as disciplinas de um determinado percurso, etc; 2) A formação dos professores para trabalhar na perspectiva traçada pelo currículo, por exemplo, no nosso caso não havia experiência acumulada para o trabalho centrado em competências. E a terceira é a gestão curricular, que está relacionada à operacionalização do currículo, da implantação do que foi previsto no âmbito mais técnico. O grave problema da migração dos alunos que não deveriam ter migrado foi claramente um problema da gestão do currículo no processo de implantação dentro do sistema, mas a esmagadora maioria dos alunos afetados por esta decisão não conseguia perceber isso, e culparam o projeto curricular pelo ocorrido. Em suma, não era para ter ocorrido a migração de todos os alunos para esse novo currículo, e até hoje não sei porque isso ocorreu e também não entendi porque àquela altura, início do primeiro semestre de 2012, não era mais possível reverter. A proposta de migrar somente quem ainda não tinha atingido os 50% dos créditos estava baseada em cálculos que alguns dos colegas da comissão fizeram. Nos demos conta que poderia chegar um momento no qual a gente não teria como dar conta com o quadro docente que tínhamos dos currículos novos e antigos simultaneamente. Por isso a proposta de permanecer no currículo antigo aqueles que já haviam completado mais de cinquenta por cento dos créditos era tão importante. Foi um acontecimento bastante danoso para o espírito de cooperação que havia sido criado em torno da reformulação, os professores com carga horária aumentada, os alunos com mais créditos a concluir, tudo foi conspirando para uma lógica negativa diante da implantação do currículo. Uma pena!

C.M. – Deseja acrescentar mais alguma coisa?

A.F. – Apesar de toda a dificuldade e da carga emocional mobilizada ao longo de todo o processo foi uma enorme honra ter participado dessa reformulação como membro da Comissão Especial de Reformulação do Currículo. Porque algo assim, independentemente do juízo de valor que se faça amanhã ou depois, entra para a história da ESEF, entra para a história da educação física no Brasil, pois a ESEF é uma instituição que é vista como referência por muito que já produziu e pela competência do seu quadro de técnicos-administrativos e docente, as pessoas dos outros cursos na própria UFRGS também prestam atenção no que ocorre na ESEF, de um modo ou outro o que fazemos aqui sempre importa. Então, toda essa experiência, por mais estressante que tenha sido, acabou sendo extremamente significativa, formalmente a comissão recebeu por parte do Conselho da Unidade uma menção de louvor pelo trabalho realizado. Claro, depois que os problemas começaram a aparecer a percepção passou a ser outra, mais calcada nas agruras da realidade de um currículo em ação dentro de um dado contexto. E é claro que as pessoas normalmente acabam colocando a responsabilidade daquilo que não deu certo na comissão. Alguns diziam: “Ah... a comissão não previu isso, não previu aquilo”. Óbvio que a gente não previu que um dos elementos-chave para o bom andamento da implantação curricular não seria realizada tal como idealizamos numa instância acima, e ainda por cima logo na largada do ano. De todo o modo, em retrospectiva, foi muito bom ter feito parte da história curricular dessa grande escola de educação física. É isso.

C.M. – Agradeço em nome do Centro do Memória do Esporte. Muito obrigada!

[FINAL DA ENTREVISTA]